

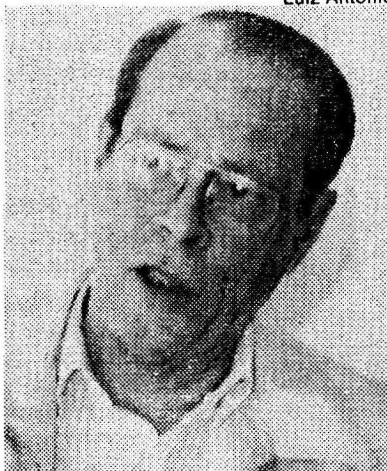
Hospitais públicos estão lotados

■ Mais da metade dos pacientes atendidos na rede hospitalar vem de outros estados

A rede hospitalar pública do Distrito Federal pede socorro. Criada para atender a população da capital (1 milhão 685 mil pessoas), recebe mais do que o dobro de pacientes: em média, 4,2 milhões por ano. Mais da metade dos doentes vêm de outros estados, sendo 1,7 milhão de Goiás. Os demais chegam principalmente de Minas Gerais e Bahia, segundo o secretário de Saúde do DF, Carlos Sant'Anna. A capital tornou-se referência de saúde pública para a maioria da população do Centro-Oeste e de regiões distantes, como o Norte e o Nordeste.

Atraídos por um das maiores redes de saúde pública do país — são 11 hospitais e 48 centros de saúde — os pacientes chegam certos de que serão atendidos. Muitos são orientados por prefeitos que providenciam ambulâncias para transportar os doentes. “Eles acham que sai mais barato comprar ambulância e mandar o paciente para outro estado do que investir em saúde na região”, critica o diretor do Hospital Regional do Gama,

Luiz Antônio



Para Sant'Anna, faltam recursos

Paulo Pucci. Os pacientes que vêm de fora procuram principalmente os hospitais regionais do Gama, Planaltina e Sobradinho, cidades-satélites do DF.

Migrantes — Para o diretor do Sindicato dos Médicos, Mário Cinelli, a superlotação dos hospitais também foi agravada pela política de doação de lotes para a população de baixa renda, implantada pelo governo local, o que atraiu migrantes.

O Hospital Regional da Ceilândia, que atende a pacientes do assentamento de Samambaia, é um dos que enfrentam o problema, denuncia um médico do Hospital de Base, que não quis se identificar. Médicos, enfermeiros e pacientes sofrem com a superlotação e a falta de estrutura adequada para atender todos os doentes.

Déficit — Segundo dados do Sindicato dos Médicos, a Fundação Hospitalar tem 2.700 médicos. Seriam necessários 3.500 para atender à demanda nos hospitais. O déficit de pessoal de nível médio chega a 8 mil pessoas. Faltam medicamentos, leitos, equipamentos adequados e bons salários.

Os hospitais públicos do DF, segundo Sant'Anna, padecem de uma doença que já se tornou crônica: a falta de recursos financeiros. A União e os governos estaduais não bancam o tratamento dos doentes vindos de fora, que oneram os cofres do governo. A verba repassada pelo Ministério da Saúde por intermédio do Siste-

ma Único de Saúde (SUS) toma como base o total da população, considerando que cada habitante gera uma consulta por ano.

Recursos — Dos CR\$ 340 milhões, em valores de julho, destinados à saúde pública, metade foi repassada pelo SUS. Para atender à demanda nos hospitais, duplicada pelos pacientes de outros estados, seria necessário o dobro, explica Sant'Anna. Numa reunião, ele ouviu do ex-ministro da Saúde Jamil Haddad que o DF teria mais recursos caso fossem retirados da cota de outros estados. Mas os efeitos colaterais seriam graves e a idéia não vingou.

O governo propôs a criação de uma câmara de compensação entre os estados. Ao final do mês, os prejudicados seriam ressarcidos. Faltou consenso. “Não podemos colocar muros na cidade; não há muros para a saúde”. É a palavra de ordem do governo, do sindicato e de muitos médicos. Para Sant'Anna, a União deve pagar ao DF por cada paciente de outro estado que é atendido na cidade.